



XIII CONFERÊNCIA DE PRESIDENTES
das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia
Madeira 2-6 Outubro de 2007

DECLARAÇÃO FINAL

A XIII Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP), reunida na Madeira, de 2 a 6 de Outubro, sob a presidência do Senhor Dr. Alberto João Jardim, Presidente do Governo da Região Autónoma da Madeira:

Agradece à Senhora Danūta Hubner, Comissária europeia responsável pela política regional, a sua presença e o interesse da Comissão e dos seus serviços na prossecução e reforço de uma parceria permanente e frutuosa com as nossas Regiões.

Saúda a presença, pela primeira vez, nos trabalhos da Conferência, do Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde, Senhor Dr. José Maria Pereira das Neves.

A XIII Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia:

Consciente que numerosos desafios marcam as agendas europeia e mundial – globalização, abastecimento energético, alterações climáticas, imigração clandestina – que são susceptíveis de ter grande impacto sobre o desenvolvimento sustentável das nossas Regiões.

Consciente, de igual modo, que a liberalização do comércio mundial não pode concretizar-se sem salvaguardar a viabilidade das pequenas economias e, em particular, as das Regiões Ultraperiféricas e das suas empresas, promovendo o co-desenvolvimento.

Reafirma a importância da solidariedade europeia e dos seus valores para superar com sucesso tais desafios e permitir o desenvolvimento equilibrado e sustentado da ultraperiferia europeia.

Recorda que o compromisso da Europa com as suas Regiões mais distantes remonta mesmo à sua origem e deve ser assumido claramente e concretizado, com coerência, nas suas diferentes políticas.

Reitera o compromisso para com o projecto europeu, assim como a sua vontade de contribuir activamente para a presença da Europa nas grandes zonas geo-económicas do Mundo.

Insiste para que as Regiões Ultraperiféricas sejam vistas não somente, em função do lugar que ocupam na Europa, mas, igualmente, segundo o seu ambiente geográfico e o lugar que a Europa quer ocupar no Mundo.

Constata que num ano marcado pelo início da reflexão sobre a política de coesão pós 2013, a convergência real do processo de crescimento de todas as regiões europeias deverá estar no centro das preocupações e permanecer um objectivo fulcral da União.

Exprime, igualmente, a esperança que os trabalhos da Conferência Intergovernamental sobre a reforma dos Tratados sejam coroados de sucesso, com vista a evitar a paralisia de uma Europa com 27 Estados membros e permitir às RUP a manutenção do *acquis* previamente negociado.

A Conferência regista, com interesse, a Comunicação que acaba de ser aprovada pela Comissão sobre a evolução e balanço da estratégia comunitária em favor das nossas Regiões, adoptada em Maio de 2004.

Recorda, todavia, a pertinência e actualidade dos três eixos estratégicos – acessibilidade, competitividade e integração regional – emanados das propostas do Memorando da Espanha, da França, de Portugal e das sete RUP, e a necessidade de prosseguir a concretização das medidas necessárias para atingir os objectivos fixados.

Salienta, paralelamente, a pertinência das temáticas identificadas pela Comissão enquanto desafios, tanto para o futuro da União Europeia, como para o futuro das nossas Regiões Ultraperiféricas – as alterações climáticas, a evolução demográfica e gestão dos fluxos migratórios, a política marítima – mas interroga-se, desde já, sobre a efectiva tomada em consideração das especificidades das nossas Regiões nas iniciativas comunitárias em curso, segundo o princípio do tratamento diferenciado consagrado no nº 2 do artigo 299º do TCE.

Solicita que uma avaliação das incidências destes factores relativamente às políticas comunitárias em tais domínios seja levada a cabo com o intuito de identificar o seu impacto sobre os três objectivos centrais da estratégia comunitária para as Regiões Ultraperiféricas e, assim, permitir definir medidas destinadas a compensar possíveis efeitos negativos.

Solicita, igualmente, o apoio dos três Estados membros, Espanha, França e Portugal e, em particular, a este que detém a Presidência da União, para incluir nas conclusões do Conselho Europeu de Dezembro de 2007 uma menção relativa às Regiões Ultraperiféricas:

- a fim de reafirmar e renovar o compromisso político da União, ao mais alto nível ;
- para fazer progredir a estratégia definida em seu favor, tendo em conta o impacto dos novos desafios mundiais visados na Comunicação da Comissão.



Reafirma a absoluta necessidade de manter a parceria tripartida, enquanto método central de trabalho, em particular, para definir o impacto dos novos desafios no que respeita aos eixos estratégicos para as RUP.

Constata a coerência daquele método com a necessária descentralização, enquanto forma de organização das Regiões Ultraperiféricas, o que lhes permitirá responder à globalização e constituirá a via para assegurar os direitos, as liberdades e garantias dos seus habitantes.

Congratula-se pela coordenação dos dossiers relativos à ultraperiferia no seio de um serviço único e, recorda, a absoluta necessidade de manter a Unidade responsável pelas RUP.

A Conferência dos Presidentes decide :

- dar o seu contributo relativamente aos desafios identificados na Comunicação da Comissão;
- efectuar, de seguida, uma avaliação das medidas tomadas relativamente aos eixos estratégicos definidos em 2004, avaliação que terá em conta os impactos previsíveis destes desafios;
- participar activamente no debate sobre o futuro da política de coesão no que respeita às RUP;
- elaborar, sob a sua nova Presidência exercida pela Região da Guiana, uma contribuição estratégica dirigida à Comissão, aos Estados membros respectivos e à Presidência do Conselho, que definirá as perspectivas de evolução da dimensão ultraperiférica no horizonte 2020, tanto no que respeita às orientações da UE, como ao seu potencial de desenvolvimento sustentável.

A XIII Conferência de Presidentes das RUP definiu, por conseguinte, as posições seguintes:

Reforma dos Tratados

A Conferência acolhe com satisfação o mandato do Conselho Europeu de introduzir na reforma dos Tratados as modificações decididas aquando da Conferência Intergovernamental de 2004, em particular, as três disposições específicas relativas às RUP consagradas no Projecto de Tratado Constitucional.

Solicita à Presidência portuguesa da União, aos Estados-membros e às Instituições europeias que defendam, no quadro dos trabalhos da nova Conferência Intergovernamental, a manutenção integral das disposições relativas ao estatuto específico da ultraperiferia.

A Conferência congratula-se, igualmente, pela introdução do princípio de coesão territorial, pelo aprofundamento do princípio de subsidiariedade, nomeadamente no que se refere ao respeito pelas competências locais e regionais.

Coesão económica, social e territorial

A Conferência saúda, a título das prioridades da Presidência portuguesa da União, o apoio à política de coesão e a necessidade, neste quadro, de atribuir uma atenção particular à situação específica das RUP.

A Conferência considera igualmente importante que a União concretize plenamente o objectivo do desenvolvimento equilibrado e harmonioso no conjunto do território europeu, sem excepção, encorajando nas nossas Regiões a coesão territorial. Esta deverá materializar-se pela aplicação do princípio de igualdade de oportunidades entre os cidadãos e as empresas dos territórios continentais e ultraperiféricos.

A Conferência solicita à Comissão Europeia a realização de um estudo que permita uma avaliação intercalar, para as Regiões que saíram do antigo Objectivo 1, dos efeitos induzidos no seu desenvolvimento económico.

Ambiente

A Conferência salienta as dificuldades e os custos acrescidos que as Regiões Ultraperiféricas suportam em relação às Regiões da Europa continental no que respeita, nomeadamente à gestão global da água, dos resíduos e da gestão das zonas costeiras.

Considera que esta situação coloca problemas financeiros consideráveis ao Orçamento destas Regiões, bem como dificuldades acrescidas em relação ao respeito das normas ambientais comunitárias.

Solicita à Comissão a adopção de mecanismos suplementares de apoio, permitindo assim às RUP atenuar os efeitos negativos decorrentes dos constrangimentos permanentes sobre os sistemas de gestão ambientais nestes territórios.

A Conferência dos Presidentes das RUP congratula-se que a União Europeia tenha retido nas suas orientações estratégicas a preservação do ambiente e o desenvolvimento sustentável. Ela encoraja a Comissão a desenvolver esta via, para que sejam tidas em consideração a riqueza e extrema fragilidade da biodiversidade das RUP que enfrentam ameaças associadas, nomeadamente às alterações climáticas e ao desenvolvimento de certas indústrias.

Alterações climáticas

A Conferência afirma o seu compromisso para com a adopção de medidas visando a luta contra as alterações climáticas. Relembra a este respeito, tanto a fragilidade das RUP,



como a sua contribuição positiva, em particular no domínio dos investimentos em energias renováveis e no domínio das economias de energia.

A Conferência salienta a necessidade de criação de um programa de apoio específico para a promoção e desenvolvimento dos recursos naturais e das energias renováveis para as RUP.

A este respeito a Conferência apela à necessária coerência da acção comunitária, no que diz respeito, nomeadamente às intervenções suportadas pelo FEDER.

Tem a salientar desde já, no que concerne à proposta de directiva relativa à inclusão do sector da aviação no regime do comércio de licenças de emissão de CO₂, que as propostas da Comissão ignoram completamente, tanto as Conclusões do Conselho Ambiente como aquelas do Conselho Europeu, de Dezembro de 2005, e a Resolução do Parlamento Europeu de Julho de 2006, as quais solicitam expressamente à Comissão que uma atenção especial seja concedida às Regiões Ultraperiféricas.

Solicita, assim, um tratamento específico para as RUP do regime dada a sua total dependência dos transportes aéreos na ligação com o exterior e nas ligações entre as diversas ilhas, a inexistência de concorrência com outros meios de transporte, assim como o facto de o valor total das emissões de CO₂ nas rotas de, para e intra RUP, representar um valor marginal em relação ao total das emissões de CO₂ da UE.

A metodologia de avaliação dos constrangimentos e dos sobrecustos

A Conferência felicita a Comissão por ter tomado em conta o carácter opcional da metodologia e de ter condicionado esta à disponibilidade de dados.

A Conferência solicita à Comissão que as Regiões sejam associadas aos trabalhos visando encontrar uma metodologia consensual, conforme aos compromissos assumidos aquando da última reunião de parceria sobre este assunto, em Julho de 2006.

A futura política marítima europeia

A Conferência reafirma que a dimensão marítima excepcional conferida por estas Regiões à União oferece oportunidades inigualáveis nos domínios da inovação, da investigação, do ambiente, da biodiversidade e que esta necessita de ser valorizada a favor das nossas Regiões e da Europa.

A Conferência apoia o estabelecimento de uma política marítima dotada de um financiamento próprio que tenha em devida conta a dimensão que os espaços marítimos das nossas Regiões conferem à União.

Salienta a importância que a futura directiva «Meio Marinho» deverá assumir relativamente à defesa e salvaguarda do ambiente marinho, enquanto pilar ambiental da futura Política Marítima Europeia.



Recorda as propostas que ela formulou no quadro do projecto RUPMER e congratula-se pela receptividade manifestada pela Comissão a este respeito, nomeadamente sobre a necessidade de ter uma abordagem integrada da política marítima ao nível das três bacias das RUP : Macaronésia, Caraíbas, Sudoeste do Oceano Índico.

Política de Transportes

A Conferência recorda o papel estratégico do transporte aéreo e marítimo para o desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas e o facto de estes dois tipos de transporte, para a maioria destas Regiões, constituir o único meio de ligação com o exterior.

A Conferência constata que as RUP não podem, na prática, beneficiar plenamente dos instrumentos da política europeia de transportes, dado que as orientações do transporte marítimo mundial excluem-nas, cada vez mais das grandes rotas internacionais.

Reafirma que a política europeia de transportes deverá permitir atingir, igualmente, nas nossas Regiões um nível elevado de mobilidade para as pessoas e as empresas, contribuindo, assim, para a concretização plena do princípio da continuidade territorial nos seus territórios mais distantes.

Constata, a este respeito, que o princípio da continuidade territorial, no que concerne aos transportes e telecomunicações, não pode permanecer da exclusiva responsabilidade dos Estados-membros com RUP, mas deve ser também uma responsabilidade de toda a UE.

Encoraja, assim, a Comissão Europeia a prever e desenvolver mecanismos que contribuam para, por um lado atenuar as desvantagens do grande afastamento das Regiões Ultraperiféricas do continente europeu e, por outro lado facilitar a inserção das nossas Regiões nos respectivos espaços geográficos.

Agricultura

Revisão intercalar da política agrícola comum (PAC)

A Conferência chama a atenção da Comissão Europeia para que o compromisso do "Health Check" 2008/2009 da PAC possa permitir aos futuros Regulamentos de aplicação de integrar:

- a) um nível adequado de flexibilidade que permita dar respostas às especificidades das RUP;
- b) a manutenção de um envelope financeiro adequado, necessário ao desenvolvimento dos sectores agrícola e da pecuária tradicionais das RUP, tendo em conta o impacto das decisões tomadas ao nível das regras de comércio internacional.

Reforma da organização comum do mercado vinícola

A Conferência constata que a reforma profunda, em curso, da OCM vinícola não tem em conta as especificidades das produções das RUP.

Solicita à Comissão as adaptações necessárias à sua proposta, por forma a permitir salvar certos aspectos da actual OCM vinícola essenciais para a competitividade do sector.

Comércio internacional

Acordos de Parceria Económica (APE)

A Conferência reafirma o seu firme compromisso em favor de uma integração regional das suas economias, terceiro eixo da estratégia comunitária a favor das RUP.

A Conferência congratula-se pela informação fornecida às Regiões pela Comissão no contexto da preparação dos APE.

Constata que estes acordos, no estado actual das negociações, cuja assinatura está prevista para o final do ano de 2007, comporta ameaças imediatas para as RUP e que as oportunidades que se lhes oferecem são distantes ou incertas.

A Conferência solicita que as RUP beneficiem no quadro destes acordos, de um tratamento diferenciado como meio de atingir os objectivos fixados.

Solicita, portanto, que este princípio seja integrado no conteúdo dos acordos APE.

Expressa, por conseguinte, a vontade de que as RUP sejam, igualmente, informadas sobre o conteúdo das negociações comerciais que a UE desenvolve com outros países e organizações (Brasil, MERCOSUR...) que possam ter um impacto sobre as economias das nossas Regiões.

Banana

A Conferência exprime a sua preocupação e opõe-se firmemente às conclusões do documento recentemente elaborado pela Comissão europeia sobre 'as negociações internacionais em curso sobre a banana e o impacto potencial sobre a produção comunitária', que consideram que o acesso ao mercado europeu das bananas ACP 'sem contingente nem direitos aduaneiros' não implica riscos para os produtores comunitários, e que propõem, por consequência, a liberalização total do mercado da banana para estes países no contexto dos Acordos de Parceria Económica (APE).

Solicita, portanto, à Comissão Europeia a substituição da proposta de liberalização total da banana ACP por um aumento progressivo, durante um período transitório, do contingente aduaneiro a direito zero, incluindo uma cláusula de salvaguarda.

Salienta que esta solução implica necessariamente a consideração da banana como produto sensível, tal como o arroz e o açúcar, no contexto das negociações dos APE.

A Conferência salienta igualmente as ameaças que representam para a banana as negociações em curso com as nações mais favorecidas (NPF), as negociações dos Tratados de livre comércio (TLC) da União Europeia com a Comunidade andina, as Repúblicas da América Central e o MERCOSUR, bem como as negociações do Ciclo de Doha e neste contexto propõe :

- suspender as negociações bilaterais da Comissão com as NPF, na ausência de mandato do Conselho, e as negociações conducentes à assinatura dos TLC até que o recurso apresentado pelo Equador e outros países junto da OMC conheça um desfecho,
- considerar a banana como produto sensível no contexto do Ciclo de Doha, a fim de atenuar os efeitos devastadores de uma redução dos direitos aduaneiros que poderiam atingir mais de 50% do direito aduaneiro em vigor.

Pesca

A Conferência solicita à Comissão Europeia que enquanto uma avaliação científica do potencial dos recursos marinhos nas Zonas Económicas Exclusivas adjacentes às Regiões Ultraperiféricas não for efectuada, de reservar o acesso a estas zonas de pesca para as frotas locais das RUP, na aplicação do princípio de precaução definido na política comum de pescas.

Solicita à Comissão a recondução de certos regimes em matéria de pesca que caducaram.

Relembra as propostas formuladas no quadro do projecto PESRUP.

Educação

A Conferência reafirma a necessidade de promover o reforço do capital humano para melhorar a competitividade das RUP.

Este objectivo comum exige uma cooperação aprofundada entre as nossas Regiões, nomeadamente no domínio do ensino superior.

A Conferência mandata o Comité de Acompanhamento para estudar as modalidades técnicas de implementação de uma tal cooperação nesse domínio.

Evolução demográfica e imigração

A Conferência reafirma as dificuldades com que são confrontadas as RUP devido à imigração clandestina e, reivindica, por conseguinte, que sejam tomadas iniciativas apropriadas em concertação com as nossas Regiões e os seus Estados-membros.

Observa que certas Regiões Ultraperiféricas registam um aumento demográfico extremamente rápido. Neste contexto, ela convida as instâncias comunitárias a ter em conta os seus efeitos sobre o conjunto das componentes do desenvolvimento sustentável.

Solicita à União que assegure uma presença permanente no Atlântico para reduzir os riscos associados à segurança.

Cooperação com a República de Cabo Verde

A Conferência apoia o aprofundamento das relações das RUP com a República de Cabo Verde, que se inscreve no quadro da política de grande vizinhança, tendo por base os mecanismos de cooperação que a União coloca à disposição das RUP, nomeadamente o Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias, recentemente aprovado pela Comissão para o período 2007-2013.

A Conferência compromete-se a aprofundar as relações entre as RUP e Cabo Verde como uma via de comunicação e de colaboração eficaz que possa igualmente reforçar as perspectivas de uma parceria especial entre a República de Cabo Verde e a União Europeia.

A Conferência que decidiu, em 2005, apoiar-se numa estrutura de suporte, encarrega o Comité de Acompanhamento, uma vez estudadas as modalidades de apresentar um projecto para a sua aplicação operacional.

A Conferência mandata o seu Presidente para transmitir a presente declaração à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões, ao Comité Económico e Social, aos chefes de Estado e de governo respectivos.

A Conferência acorda que a Região de Guiana assumirá a próxima Presidência da Conferência das RUP.

Funchal, 4 de Outubro de 2007.



AÇORES
CANÁRIAS
GUADALUPE
GUIANA
MADEIRA
MARTINICA
A REUNIÃO